

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do PCP teve conhecimento da pretensão da Câmara Municipal de Cascais de dar seguimento à expansão e aumento de capacidade do Aeroporto de Cascais, situado em Tires, permitindo captar o movimento de tráfego aeronáutico executivo, que atualmente se dirige ao Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa.

Tal pretensão tem associado um conjunto de intervenções a realizar no Aeroporto de Cascais, entre as quais se prevê a construção de duas *taxiways* para movimentação de aeronaves após as operações de aterragem ou antes da descolagem, permitindo um uso mais acentuado da pista existente, a criação de plataforma para estacionamento de aeronaves, a alteração da torre de controlo e melhoramento de hangares para apoio à formação de pilotos.

Neste contexto, foi lançada a consulta pública dos termos de referência do designado do Plano de Urbanização para a Área do Aeroporto de Cascais (PUACE), plano que incluirá as intervenções previstas no Aeroporto e as consequentes alterações necessárias na sua envolvente.

A esta pretensão a Câmara Municipal de Cascais associou o decreto de medidas preventivas que incidem sobre a área de abrangência do PUACE, impondo condicionamentos na intervenção sobre habitações existentes e lotes de terrenos localizados na área dita de protecção ao Aeroporto de Cascais, medidas essas que estarão a ser avaliadas pela CCDR-LVT.

Contudo, tendo os termos de referência para a elaboração do PUACE sido tornados públicos e sido objecto de participação preventiva, o mesmo não sucedeu com as medidas preventivas que lhe estão associadas que não foram publicitadas nem tornadas públicas nos mesmos termos.

Assim, os moradores dos bairros localizados na envolvente ao Aeroporto de Cascais vêem-se agora confrontados com a imposição de condicionamento sobre os seus terrenos e habitações, motivo bastante para a desvalorização dos mesmos, e por outro lado, enfrentam a possibilidade

de verem a sua qualidade de vida ameaçada pelo aumento de tráfego aéreo. O aumento do tráfego aéreo agrava a poluição sonora e da qualidade do ar, mais ainda pelo tipo de aeronaves que passariam a usar o Aeroporto com maior regularidade: a aviação executiva utiliza aeronaves muito mais ruidosas do que as aeronaves leves que hoje utilizam maioritariamente o Aeroporto.

A zona em que o Aeroporto de Cascais se insere é uma zona urbana que comporta diversos bairros, com casas localizadas a escassas dezenas de metros da pista, e cuja população tem vindo a sofrer a influência negativa que sucessivas intervenções nesta infraestrutura têm imposto.

Na sessão pública de apresentação do PUACE, que decorreu no passado dia 11 de fevereiro em Tires, vários habitantes dos bairros envolventes referiram que as sucessivas intervenções só lhes vieram deteriorar a qualidade de vida, apesar de lhes ter sempre sido dito que as alterações previstas não acarretariam impactes com significado.

Na verdade, as alterações que foram sendo introduzidas nesta infraestrutura foram no sentido de sucessivo crescimento e aproximação ao perímetro urbano, até se ter chegado à atual situação de quase contiguidade.

Acresce ainda que, apesar de uma vez mais ter sido prometido às populações que as alterações que se prevêem não terão grande significado, sabe-se que a Câmara Municipal de Cascais terá já encetado diligências junto de alguns proprietários e moradores no bairros envolventes ao Aeroporto de Cascais, em Tires, com vista a adquirir essas propriedades e demolir algumas construções.

A presença de aeroportos inseridos em tecido urbano densificado constitui uma preocupação face aos múltiplos impactos que a movimentação de aeronaves acarreta, nomeadamente poluição atmosférica, poluição sonora e mesmo a própria segurança das populações. Afetando particularmente os bairros circundantes ao Aeroporto – abrangidos pelo PUACE – não deixa de levantar também preocupações para toda a zona de Tires e freguesia de São Domingos de Rana.

Quando a tendência geral é desviar este tipo de infraestruturas para fora das áreas urbanas, assiste-se em Cascais à pretensão de instalar em meio marcadamente urbano uma infraestrutura aeronáutica cujo fluxo de movimentos pode vir a implicar sérios prejuízos para as populações e todo o meio envolvente, sem que se tenham divulgado os estudos prévios que possam justificar a adoção desta pretensão e que ao mesmo tempo permitam desde o primeiro momento acautelar a qualidade de vida das populações.

Tendo sido divulgados os Termos de Referência do PUACE, não foram divulgados quaisquer Estudos de Viabilidade Técnica e Económica, de Grandes Condicionantes Ambientais, análise Custo-Benefício, caracterizações de base, entre outros, desconhecendo-se se os mesmos terão ou não sido realizados.

O PCP tem levantado estas questões nos órgãos autárquicos de Cascais. Consideramos que a matéria em causa, tendo implicações na rede aeroportuária nacional, não pode deixar de ter um acompanhamento por parte do Governo.

Assim, e ao abrigo da alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, e nos termos e para os efeitos do Artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento da pretensão da Câmara Municipal de Cascais em expandir o Aeroporto de Cascais?
2. No que concerne à estratégia do Governo para o sector aeroportuário, qual o papel do Aeroporto de Cascais?
3. O Governo tem conhecimento da intenção de, no seguimento das intervenções perspectivadas, ser desviado todo o tráfego aeronáutico executivo do Aeroporto Humberto Delgado para o Aeroporto de Cascais?
4. Tem o Governo conhecimento de estudos que tenham sido realizados com vista a averiguar da viabilidade económica e ambiental da proposta da Câmara Municipal de Cascais? Se não, vai o Governo exigir a sua execução prévia ao avanço do PUACE?
5. Que ações de monitorização ambiental e medidas de minimização de impactos têm sido adotadas para o Aeroporto de Cascais? Tem o Governo relatórios de avaliação ambiental do local? Quais os resultados dessa monitorização (caso exista)?
6. Tem esta infraestrutura aeronáutica carta de ruído associada? Quais as áreas consideradas de maior impacto e preocupação?
7. Qual o tráfego de aeronaves do tipo executivo que se regista atualmente no Aeroporto Humberto Delgado?
8. Considera o Governo aceitável que o tráfego de aeronaves do tipo executivo venha a ser desviado para o aeroporto de Cascais, inserido em tecido urbano?
9. Que condicionamentos, estudos e avaliações, técnicas e ambientais, vai o Governo exigir que se realizem antes e após o desenvolvimento do PUACE?

Palácio de São Bento, 20 de fevereiro de 2020

Deputado(a)s

DUARTE ALVES(PCP)

ALMA RIVERA(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)